



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
ACNO 11 (103 Norte) - Rua NO 11 COM AV. NS 01 - Bairro CENTRO - CEP 77001-036 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
CONJ 03 LOTE 2

EDITAL Nº 157 / 2017 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT

EDITAL nº 043, de 2017 – Autos SEI nº 15.0.000009180-1

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no uso de suas atribuições, **RETIFICA** o Edital nº 022, de 2017, do nos cursos **Aspectos Judiciais da Improbidade Administrativa: Uma visão preventiva – Turmas I, II e III**, publicado no Diário da Justiça nº 4017, páginas 81/86, em 10 de abril de 2017, prorrogando o período de inscrições e o período de realização dos cursos, constantes no item 1 – Dados Gerais; e ainda item 5 – Estrutura Curricular do Curso, aumentando o número de vagas, conforme segue:

1. DADOS GERAIS

Nome: Aspectos Judiciais da Improbidade Administrativa: Uma visão preventiva – Turmas I, II e III

Objetivo: Concientizar os agentes públicos acerca da atuação do judiciário relativamente aos processos de improbidade administrativa, sob a perspectiva da prevenção.

Período de inscrições: As inscrições acontecerão no período de 27 de junho a 25 de agosto de 2017

Inscrições: As inscrições deverão ser realizadas por meio da Secretaria Acadêmica da Esmat (SAV).

Público-Alvo:

Turma I - Prefeitos e Secretários de Administração dos 139 municípios do estado do Tocantins;

Turma II - Prefeitos, Procuradores e Secretários de Finanças, Saúde e Educação do estado do Tocantins e de seus municípios

Turma III - Assessores Jurídicos e Analistas de Controle Interno dos 139 municípios do estado do Tocantins e do Poder Judiciário do Estado do Tocantins

Carga horária:

Turma I – 16 horas-aula;

Turma II – 4 horas-aula;

Turma III – 16 horas-aula.

Período de Realização:

Turma I – 11 a 12 de setembro de 2017, das 8h às 11h20 e das 14h às 17h20;

Turma II – 13 de setembro de 2017, das 8h às 11h20;

Turma III – 13 de setembro de 2017, das 14h às 17h20;

14 de setembro de 2017, das 8h às 11h20 e das 14h às 17h20;

15 de setembro de 2017, das 8h às 11h20.

Modalidade: Presencial

Local: Auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

2. NÚMERO DE VAGAS

2.1 Hum mil duzentos e oitenta e uma vagas, assim distribuídas:

ASPECTOS JUDICIAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA VISÃO PREVENTIVA – TURMAS I, II e III				
		Turma I	Turma II	Turma III
	Município	Prefeitos e Secretários de Administração dos 139 municípios do estado do Tocantins	Prefeitos, Procuradores e Secretários de Finanças, Saúde e Educação do estado do Tocantins e de seus municípios.	Assessores Jurídicos e Analistas de Controle Interno dos 139 municípios do estado do Tocantins e do Poder Judiciário do Estado do Tocantins
1	Abreulândia	2	5	2
2	Aguiarnópolis	2	5	2
3	Aliança do Tocantins	2	5	2
4	Almas	2	5	2
5	Alvorada	2	5	2
6	Ananás	2	5	2
7	Angico	2	5	2
8	Aparecida do Rio Negro	2	5	2
9	Aragominas	2	5	2

10	Araguacema	2	5	2
11	Araguaína	2	5	2
12	Araguanã	2	5	2
13	Araguatins	2	5	2
14	Araguaçu	2	5	2
15	Arapoema	2	5	2
16	Arraias	2	5	2
17	Augustinópolis	2	5	2
18	Aurora do Tocantins	2	5	2
19	Axixá do Tocantins	2	5	2
20	Babaçulândia	2	5	2
21	Bandeiras do Tocantins	2	5	2
22	Barra do Ouro	2	5	2
23	Barrolândia	2	5	2
24	Bernardo Sayão	2	5	2
25	Bom Jesus do Tocantins	2	5	2
26	Brasilândia	2	5	2
27	Brejinho de Nazaré	2	5	2
28	Buriti do Tocantins	2	5	2
29	Cachoeirinha	2	5	2

30	Campos Lindos	2	5	2
31	Cariri do Tocantins	2	5	2
32	Carmolândia	2	5	2
33	Carrasco Bonito	2	5	2
34	Caseara	2	5	2
35	Centenário	2	5	2
36	Chapada de Natividade	2	5	2
37	Chapada de Areia	2	5	2
38	Colinas do Tocantins	2	5	2
39	Colmeia	2	5	2
40	Combinado	2	5	2
41	Conceição do Tocantins	2	5	2
42	Couto Magalhães	2	5	2
43	Cristalândia	2	5	2
44	Crixás do Tocantins	2	5	2
45	Darcinópolis	2	5	2
46	Dianópolis	2	5	2
47	Divinópolis	2	5	2
48	Dois Irmãos do Tocantins	2	5	2
49	Dueré	2	5	2

50	Esperantina	2	5	2
51	Figueirópolis	2	5	2
52	Filadélfia	2	5	2
53	Formoso do Araguaia	2	5	2
54	Fortaleza do Tabocão	2	5	2
55	Fátima	2	5	2
56	Goianorte	2	5	2
57	Goiatins	2	5	2
58	Guaraí	2	5	2
59	Gurupi	2	5	2
60	Ipueiras	2	5	2
61	Itacajá	2	5	2
62	Itaguatins	2	5	2
63	Itapiratins	2	5	2
64	Itaporã	2	5	2
65	Jaú do Tocantins	2	5	2
66	Juarina	2	5	2
67	Lagoa da Confusão	2	5	2
68	Lagoa do Tocantins	2	5	2
69	Lajeado	2	5	2

70	Lavandeira	2	5	2
71	Lizarda	2	5	2
72	Luzinópolis	2	5	2
73	Marianópolis	2	5	2
74	Mateiros	2	5	2
75	Maurilândia	2	5	2
76	Miracema	2	5	2
77	Miranorte	2	5	2
78	Monte Santo	2	5	2
79	Monte do Carmo	2	5	2
80	Muricilândia	2	5	2
81	Natividade	2	5	2
82	Nazaré	2	5	2
83	Nova Olinda	2	5	2
84	Nova Rosalândia	2	5	2
85	Novo Acordo	2	5	2
86	Novo Alegre	2	5	2
87	Novo Jardim	2	5	2
88	Oliveira de Fátima	2	5	2
89	Ponte Alta do Bom Jesus	2	5	2

90	Palmas	2	5	2
91	Palmeirante	2	5	2
92	Palmeiras do Tocantins	2	5	2
93	Palmeirópolis	2	5	2
94	Paraná	2	5	2
95	Paraíso do Tocantins	2	5	2
96	Pau D'Arco	2	5	2
97	Pedro Afonso	2	5	2
98	Peixe	2	5	2
99	Pequizeiro	2	5	2
100	Pindorama	2	5	2
101	Piraque	2	5	2
102	Pium	2	5	2
103	Ponte Alta do Tocantins	2	5	2
104	Porto Alegre do Tocantins	2	5	2
105	Porto Nacional	2	5	2
106	Praia Norte	2	5	2
107	Presidente Kennedy	2	5	2
108	Pugmil	2	5	2
109	Recursolândia	2	5	2

110	Riachinho	2	5	2
111	Rio Sono	2	5	2
112	Rio da Conceição	2	5	2
113	Rio dos Bois	2	5	2
114	Sampaio	2	5	2
115	Sandolândia	2	5	2
116	Santa Fé do Araguaia	2	5	2
117	Santa Maria do Tocantins	2	5	2
118	Santa Rita do Tocantins	2	5	2
119	Santa Rosa do Tocantins	2	5	2
120	Santa Tereza do Tocantins	2	5	2
121	Santa Terezinha do Tocantins	2	5	2
122	Silvanópolis	2	5	2
123	Sucupira	2	5	2
124	São Bento do Tocantins	2	5	2
125	São Félix do Tocantins	2	5	2
126	São Miguel do Tocantins	2	5	2
127	São Salvador do Tocantins	2	5	2
128	São Sebastião do Tocantins	2	5	2
129	São Valério do Tocantins	2	5	2

130	Sítio Novo do Tocantins	2	5	2
131	Taguatinga	2	5	2
132	Taipas do Tocantins	2	5	2
133	Talismã	2	5	2
134	Tocantinópolis	2	5	2
135	Tocantínia	2	5	2
136	Tupirama	2	5	2
137	Tupiratins	2	5	2
138	Wanderlândia	2	5	2
139	Xambioá	2	5	2
Procuradores do estado do Tocantins		-	10	-
Assessores Jurídicos do Poder Judiciário Tocantinense		-	-	20
Total de Vagas		278	705	298

3. REQUISITOS PARA A ADMISSÃO

- 3.1 Ser prefeito de um dos cento e trinta e nove municípios do estado do Tocantins;
- 3.2 Ser procurador do estado do Tocantins;
- 3.3 Ser procurador de um dos 139 municípios do estado do Tocantins;
- 3.4 Ser secretário de administração de um dos 139 municípios do estado do Tocantins;
- 3.5 Ser secretário de finança de um dos 139 municípios do estado do Tocantins;
- 3.6 Ser secretário de saúde de um dos 139 municípios do estado do Tocantins;
- 3.7 Ser secretário de educação de um dos 139 municípios do estado do Tocantins;

- 3.8 Ser assessor jurídico de um dos 139 municípios do estado do Tocantins;
- 3.9 Ser assessor jurídico de um dos 139 municípios do estado do Tocantins;
- 3.10 Ser assessor jurídico do Poder Judiciário Tocantinense;
- 3.11 Atuar no setor de controle interno de um dos 139 municípios do estado do Tocantins.

4. FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES

- 4.1 Os alunos inscritos deverão participar das atividades programadas no item 6 deste Edital.
- 4.2 Se houver alteração no cronograma de desenvolvimento, ou no período de realização do curso, esta será comunicada por e-mail. Para tanto, os alunos deverão atualizar seus e-mails e telefones de contato em seus perfis na Secretaria Acadêmica Virtual (SAV) e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

5. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

ASPECTOS JUDICIAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA VISÃO PREVENTIVA - TURMA I		
Módulos	Estrutura	
MÓDULO I	Tema	ASPECTOS MATERIAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
	Professor	Manuel de Faria Reis Neto
	Data	11/9/2017
	Conteúdo Programático	Caso 1: Prestação irregular de contas (abordar questões sobre destinação de recursos públicos). Caso 2: Improbidade em Processos Licitatórios.
MÓDULO II	Tema	ASPECTOS PROCESSUAIS: CONTROLE JUDICIAL DO ATO DE IMPROBIDADE
	Professora	Hélvia Túlia Sandes Pedreira
	Período	11/9/2017

	Conteúdo Programático	Caso 1: Regularização fundiária e destinação de bens públicos.
MÓDULO III		
	Tema	ASPECTOS PROCESSUAIS: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E PROCESSO JUDICIAL
	Professora	Aline Marinho Bailão Iglesias
	Período	12/9/2017
	Conteúdo Programático	Caso 1: Nomeação “disfarçada” em cargos que deveriam ser providos por concurso público. Caso 2: Cumulação ilegal (irregular) de cargos.
MÓDULO IV		
	Tema	ASPECTOS PROCESSUAIS: SANÇÕES, PRESCRIÇÃO E COISA JULGADA
	Professor	José Maria Lima
	Período	12/9/2017
	Conteúdo Programático	Caso 1: Projeções e consequências futuras do ato ilegal (esfera administrativa, civil, criminal e eleitoral). Caso 2: Consequências do descumprimento de decisões judiciais.
Carga Horária Turma I		16 horas-aula
ASPECTOS JUDICIAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA VISÃO PREVENTIVA - TURMA II		
Módulos	Estrutura	

MÓDULO I	Tema	PRECATÓRIOS
	Professor	Márcio Soares da Cunha
	Data	13/9/2017
	Conteúdo Programático	<p>1.1. Legislação aplicável (Constituição, leis estaduais (opção pelo regime e limitação da RPV);</p> <p>2. Normas do CNJ;</p> <p>3. Normas do TJ;</p> <p>4. Regime geral e especial;</p> <p>5. Modulação do pagamento de precatórios pelo STF, formação e processamento das RPVs;</p> <p>6. Formação e processamento dos precatórios: ações e ritos, peças obrigatórias, validação do precatório, cálculos, período de graça, juros e correção monetária, intimação do devedor, natureza administrativa dos precatórios, pagamento do credor, expedição de alvará eletrônico, arquivamento, suspensão da ação originária até o pagamento do precatório e sequestro de valores.</p>
Carga Horária Turma II	4 horas-aula	
ASPECTOS JUDICIAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA VISÃO PREVENTIVA - TURMA III		
Módulos	Estrutura	
MÓDULO I	Tema	ASPECTOS PROCESSUAIS: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E PROCESSO JUDICIAL
	Professora	Aline Marinho Bailão Iglesias
	Período	13/9/2017
		1. OS PROCEDIMENTOS NA FASE

	Conteúdo Programático	ADMINISTRATIVA 1.1 Controle interno pela Administração (art. 14 da LIA); 1.2 A representação de qualquer pessoa; 1.3 Atuação do MP. 2. AS MEDIDAS CAUTELARES 2.1 Indisponibilidade dos bens. 2.1 Afastamento cautelar.
MÓDULO II		
	Tema	ASPECTOS MATERIAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
	Professor	Manuel de Faria Reis Neto
	Data	14/9/2017
	Conteúdo Programático	1. DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE "PROBIDADE" ADMINISTRATIVA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 2. DEFINIÇÃO DE AGENTE PÚBLICO (agentes políticos e outros) e demais responsáveis jurídicos (convênio, consórcio, terceiro setor e parceiros privados) 2.1 O Sujeito passivo; 2.2 O Sujeito ativo; 2.3 Os terceiros na LIA. 3. NATUREZA JURÍDICA DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 3.1 que importam enriquecimento ilícito; 3.2 que causam prejuízo ao erário; 3.3 que atentam contra os princípios da administração.
MÓDULO III		
	Tema	ASPECTOS PROCESSUAIS: CONTROLE

JUDICIAL DO ATO DE IMPROBIDADE	
Professora	Hélvia Túlia Sandes Pedreira
Período	14/9/2017
Conteúdo Programático	<p>1. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</p> <p>1.1 Natureza Jurídica da ação de improbidade administrativa;</p> <p>1.2 Legitimados ativos, passivos e competência;</p> <p>1.3 Litisconsórcio passivo.</p> <p>1.4 O foro de prerrogativa de função.</p> <p>1.5 Causa de pedir e pedido da demanda.</p> <p>2. A APRECIÇÃO PELO JUDICIÁRIO</p> <p>2.1 Análise da petição inicial;</p> <p>2.2 Fase instrutória;</p> <p>2.3 Sentença.</p>
MÓDULO IV	
Tema	ASPECTOS PROCESSUAIS: SANÇÕES, PRESCRIÇÃO E COISA JULGADA
Professor	José Maria Lima
Período	15/9/2017
Conteúdo Programático	<p>1. O PROCEDIMENTO ESPECÍFICO DA AÇÃO DE IMPROBIDADE</p> <p>1.1 As sanções em espécie (art. 37, §§ 4º e 5º, da Constituição Federal, e art. 12 da LIA);</p> <p>1.2 O critério de aplicação das sanções.</p> <p>2. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</p> <p>2.1 Causas interruptivas e suspensivas da prescrição;</p>

	2.2 Prescrição da pretensão de ressarcimento.
	3. A COISA JULGADA NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.
Carga Horária Turma III	16 horas-aula

6. CRONOGRAMA GERAL

ASPECTOS JUDICIAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA VISÃO PREVENTIVA - TURMA I		
Módulos	Estrutura	
MÓDULO I	Tema	ASPECTOS MATERIAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
	Professor	Manuel de Faria Reis Neto
	Data	11/9/2017
	Horário	Das 8h às 11h20
	Carga horária	4 horas-aula
MÓDULO II	Tema	ASPECTOS PROCESSUAIS: CONTROLE JUDICIAL DO ATO DE IMPROBIDADE
	Professora	Hélvia Túlia Sandes Pedreira
	Data	11/9/2017
	Horário	Das 14h às 17h20

	Carga horária	4 horas-aula
MÓDULO III		
	Tema	ASPECTOS PROCESSUAIS: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E PROCESSO JUDICIAL
	Professora	Aline Marinho Bailão Iglesia
	Data	12/9/2017
	Horário	Das 8h às 11h20
	Carga horária	4 horas-aula
MÓDULO IV		
	Tema	ASPECTOS PROCESSUAIS: SANÇÕES, PRESCRIÇÃO E COISA JULGADA
	Professor	José Maria Lima
	Data	12/9/2017
	Horário	Das 14h às 17h20
	Carga horária	4 horas-aula
Carga Horária Turma I		16 horas-aula
ASPECTOS JUDICIAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA VISÃO PREVENTIVA - TURMA II		
MÓDULO I	Tema	PRECATÓRIOS
	Professor	Márcio Soares da Cunha
	Data	13/9/2017

	Horário	Das 8h às 11h20
	Carga horária	4 horas-aula
Carga Horária Turma II		4 horas-aula
ASPECTOS JUDICIAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA VISÃO PREVENTIVA - TURMA III		
Módulos	Estrutura	
MÓDULO I	Tema	ASPECTOS PROCESSUAIS: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E PROCESSO JUDICIAL
	Professora	Aline Marinho Bailão Iglesia
	Data	13/9/2017
	Horário	Das 14h às 17h20
	Carga horária	4 horas-aula
MÓDULO II	Tema	ASPECTOS MATERIAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
	Professor	Manuel de Faria Reis Neto
	Data	14/9/2017
	Horário	Das 8h às 11h20
	Carga horária	4 horas-aula

MÓDULO III	Tema	ASPECTOS PROCESSUAIS: CONTROLE JUDICIAL DO ATO DE IMPROBIDADE
	Professora	Hélvia Túlia Sandes Pedreira
	Data	14/9/2017
	Horário	Das 14h às 17h20
	Carga horária	4 horas-aula
MÓDULO IV	Tema	ASPECTOS PROCESSUAIS: SANÇÕES, PRESCRIÇÃO E COISA JULGADA
	Professor	José Maria Lima
	Data	15/9/2017
	Horário	Das 8h às 11h20
	Carga horária	4 horas-aula
Carga Horária Turma III		16 horas-aula

7 DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 A inscrição implicará aceitação prévia das normas contidas no presente Edital.

7.2 A partir da confirmação da inscrição no curso, o(a) inscrito(a) deverá acompanhar as convocações e os comunicados da Esmat, encaminhados ao e-mail indicado no ato da inscrição.

7.3 Os casos omissos e dúvidas de interpretação das normas reguladoras do curso, porventura suscitados, deverão ser encaminhados ao Conselho de Cursos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense.

Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas, Diretor da ESMAT**, em 22/06/2017, às 11:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **1547563** e o código CRC **E899CB20**.